A fundação do mosteiro de Almoster: revisão de um problema cronológico

Luís Miguel Rêpas *

Todos quantos quiserem estudar o mosteiro de Almoster terão de enfrentar a encruzilhada cronológica que persiste, há séculos, sobre a instituição desta casa monástica e à qual já chamaram, legitimamente, de *caos factual* [2]. Integrado nas fundações cistercienses tardias, tem sido preterido em relação a outros mosteiros, como Lorvão, Arouca e Celas, centrando-se os autores nas origens da Ordem em Portugal e no seu período de apogeu, o século XIII[3].

As comemorações do nono centenário do nascimento de S. Bernardo (1991) e da fundação da Ordem de Cister (1998) contribuíram para despertar o interesse pelos mosteiros cistercienses e, em consequência, a década de 90 foi rica em estudos sobre instituições cistercienses, sobretudo as femininas, menos conhecidas, não sendo Almoster uma excepção[4]. Apesar

---

Principais abreviaturas utilizadas: B.N.L. = Biblioteca Nacional de Lisboa; cfr. = confrontar; doc. = documento; ed. = edição; fl. = fólio; fr. = frei; IAN = Instituto dos Arquivos Nacionais; L.º = Livro; m. = maço; ms. = manuscrito; n.º = número; ob. cit. = obra citada; p./pp. = página(s); publ. = publicado; ref. = referido; TT = Torre do Tombo; v.º = verso; vd. = vide; vol. = volume. Utilizaremos as siglas *CCSP* para nos referirmos ao *Censual do Cabido da Sé do Porto. Códice membranáceo existente na Biblioteca do Porto* (Ed. da BPMP), Porto, Imprensa Portuguesa, 1924; *LL* para o *Livro de Linhagens do Conde D. Pedro*, ed. por José MATTOSO, *Portugaliae Monumenta Historica*, nova série, vol. II em 2 tomos, Lisboa, 1980; e *ML* V para Frei Francisco Brandão, *Monarchia Lusitana. Parte Quinta*, 3.ª ed. (Introdução de A. Silva Rego), Lisboa, IN-CM, 1976.

* Mestre em História da Idade Média, Doutorando em História na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

[2] Francisco Teixeira, *O mosteiro de Santa Maria de Almoster*, Câmara Municipal de Santarém, 1992, p. 54. Este autor aponta com precisão o anacronismo de algumas datas e as contradições entre os diversos autores, seguindo o texto de Artur de Gusmão, *A expansão da Arquitectura Borgonhesa e os Mosteiros de Cister em Portugal (Ensaio de Arqueologia na Idade Média)*, Lisboa, 1956, mas numa renovada atitude crítica, baseada em novos trabalhos, como o de Maria Tereza Barreira Amaral Fortes, *Para a História da Ordem de Cister em Portugal*, Coimbra, 1974 (Dissertação de licenciatura em Ciências Histórico-Filosóficas apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – policopiada) e o de Maur Cocheril, *Routier des Abbayes Cisterciennes du Portugal*, 1.ª ed., Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português, Paris, 1978, e na documentação do cartório de Almoster.

[3] O mesmo sucede com o mosteiro de S. Dinis de Odivelas, que "tem merecido uma escassa atenção por parte dos historiadores deste século" (Hermínia Vasconcelos Vilar e Maria João Violante Branco, "A fundação do mosteiro de Odivelas", in *Actas. Congreso Internacional sobre San Bernardo e o Cister en Galicia e Portugal*, vol. I, Ourense, 1992, p. 589).

[4] Entre os mais recentes trabalhos produzidos sobre o mosteiro de Almoster, conta-se a dissertação de mestrado em História da Arte de Francisco Teixeira, *O mosteiro de Santa Maria de Almoster*, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, em 1990, e publicada em 1992, pela Câmara Municipal de Santarém; o trabalho de José Manuel Henriques Varandas, intitulado *Monacato feminino e domínio rural. O património do mosteiro de Santa Maria de Almoster no século XIV*, apresentado, em 1994, à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, no âmbito de Provas de capacidade científica e aptidão pedagógica (policopiado); o artigo, também de José Manuel Henriques Varandas, "As Abadessas de Santa Maria de Almoster e os conflitos com Santarém e Alenquer durante o século XIV", in *Cistercium*, Ano LI, Outubro-Dezembro 1999, n.º 217, pp. 1007-1029, em que o autor retoma o trabalho desenvolvido anteriormente; a dissertação de Mestrado em Recuperação do Património Arquitectónico e Paisagístico de Maria Antónia Martins Jacinto, *Mosteiro de Santa Maria de Almoster. Contributo para uma proposta metodológica de conservação e valorização dos edifícios regulares*, apresentada à Universidade de Évora, e depois resumida num artigo com o mesmo título, publicado em *Actas. II Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*, vol. I, Ourense, 1998, pp. 1481-1514, na revista *Cistercium*, Ano LI, Outubro-Dezembro 1999, n.º 217, pp. 991-1005, e em *Actas. Cister. Espaços, Territórios, Paisagens* (Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça), Lisboa, 2000, vol. II, pp. 661-674; e, finalmente, o artigo de Francisco Teixeira,

disso, subsistem algumas divergências relativamente a alguns pontos fundamentais da história deste mosteiro – o momento da fundação e a instalação da primitiva comunidade em Almoster –, questões que carecem de um aprofundado esclarecimento. Eram estes os problemas que pretendíamos aclarar, quando nos decidimos pela realização deste trabalho.

Para simplificar a exposição, partiremos de uma cronologia relativa ao processo de fundação do mosteiro de Almoster, onde se procurou recolher os contributos válidos dos vários autores que se debruçaram sobre esta questão[5].

Cronologia do processo de fundação do mosteiro de Almoster:

1287, Julho, 2 – Testamento de D. Sancha Peres, em que *manda* que sua filha D. Berengária *faça fazer* um mosteiro de monjas da Ordem de Cister ou de outra Ordem em Almoster[6].

1287, [Setembro][7] – Carta de filiação do mosteiro de Almoster a Claraval[8].

1289, Abril, 14 – O Papa Nicolau IV concede licença para a fundação do mosteiro de Almoster[9].

"O Mosteiro de Santa Maria de Almoster: construção e siglas de pedreiros", in *Actas. Cister. Espaços, Territórios, Paisagens* (Colóquio Internacional, 16-20 Junho 1998, Mosteiro de Alcobaça), Lisboa, 2000, vol. II, pp. 545-550. Para uma visão global da historiografia cisterciense feminina produzida na década de 90, veja-se Maria Alegria Marques, "O Cister feminino em Português: fontes e estudos", in *Cistercium*, Ano LI, Outubro-Dezembro 1999, n.º 217, pp. 841-851.

[5] Decidimos ainda incluir algumas datas que, apesar de não terem concorrido directamente para a fundação de Almoster, se prendem com acontecimentos que consideramos de especial relevância para a compreensão global deste processo, nomeadamente privilégios pontifícios, régios e episcopais.

[6] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 2, n.º 55.

[7] O Capítulo Geral de Cister celebrava-se por dia de Santa Cruz de Setembro, segundo Fr. Manoel dos Santos, *Alcobaça Ilustrada*, Coimbra, 1710, pp. 23-24.

[8] Este documento é um dos motivos das divergências dos autores, ainda que nos pareça que a crítica histórica já provou que não devemos hesitar quanto à sua data. Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo demonstra ter tido acesso a um exemplar deste documento, datado de 1287, numa versão «traduzida em português do mesmo tempo», que se conservava na documentação de Almoster, do qual traslada pequenos excertos (*Elucidário...*, vol. I, fl. 259 e vol. II, fls. 57a, 141a, 304a, entre outras. Podemos assegurar que este documento não se encontra hoje no fundo do convento de Almoster, conservado na Torre do Tombo, composto por 9 maços de pergaminhos (encadernados em 1642) e 6 livros com documentação em papel. Mas, como também sabemos que existiam 11 livros de pergaminhos, é possível que este diploma andasse num dos 2 livros que entretanto se perderam). Outro exemplar do mesmo documento, mas datado de 1387, conserva-se no Arquivo Departamental do Aube, Fonds de Clairvaux, série H, 3 H 176[1] e foi publicado por Artur de Gusmão, *ob. cit.*, p. 193. Este autor inicialmente concordou com um erro de copista, que inadvertidamente acrescentara um "C" à data, mostrando mesmo conhecer a menção que Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo fizera dessa carta (datada de 1287), a propósito da palavra «Gramaidade» (*Elucidário...*, vol. II, fl. 304a), mas, surpreendentemente, refere-o, quase de imediato e em jeito de conclusão, com a data de 1387 (Artur de Gusmão, *ob. cit.*, p. 195). Depois disso, todos os autores têm sido unânimes em considerar o documento de 1287, até porque, como entretanto se demonstrou, as autoridades eclesiásticas presentes no documento estavam no desempenho dos seus cargos ao ano de 1287 (vd. Maria Tereza Barreira Amaral Fortes, *ob. cit.*, pp. 183-184; e Maur Cocheril, *ob. cit.*, 2.ª ed., Paris, 1986, pp. 382-383).

[9] *ML* V, fl. 150b. Também este documento foi origem de polémica, tendo-lhe alguns autores atribuído a data de 1299. É o que sucede com Américo Costa, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. I, s.l., 1929, p. 812, e com Artur de Gusmão, conquanto este autor tenha registado que "Esta data aparece modificada na memória atrás referida (ms. 1494 da Biblioteca Nacional de Lisboa, peça n.º 36), onde se lê: «a dita bula foi dada em Roma 5.ª f.ra 17 de Abril da era de 1327 q. Hé anno de xp.º de 1289»" (Artur de Gusmão, *ob. cit.*, p. 195; o autor reporta-se aos "Papéis Avulsos de Figueiredo", tomo 2.º, n.º 36, fl. 260v.º, que integram o Códice 1494 da B.N.L.). Também neste caso, Maria Tereza Barreira Amaral Fortes, *ob. cit.*, p. 184, e Maur Cocheril, *ob. cit.*, pp. 380-381, alertaram para o contra-senso da data de 1299 e da cronologia deste pontífice, tendo Maur Cocheril colocado a hipótese de se tratar de um falso ou de uma interpolação. Na realidade, o Papa Nicolau IV foi pontífice entre 1288 e 1292 (P.e Miguel de Oliveira, *História Eclesiástica de Portugal*, 1994, p. 289), pelo que se deve fazer justiça a Fr. Francisco Brandão e atentar mais na nota de Artur de Gusmão que na posição por ele assumida.

1289 – Lançamento da primeira pedra do mosteiro de Almoster[10].
1296, Junho, 24 – D. João de Soalhães, bispo de Lisboa, autoriza a fundação do mosteiro de Almoster, sob a Ordem de Cister[11].
1296, Julho, 16 – Nove noviças do mosteiro de Celas (Coimbra) fazem doação dos seus bens a D. Berengária Aires[12].
1298, Março, 11 – Traslada-se em Santarém uma Bula do Papa Bonifácio [VIII], em que «tomou debaixo da protecçaõ da Sè Apostolica este Mosteiro»[13].
1298, Maio, 1 – D. Dinis concede carta de couto ao mosteiro de Almoster[14].
1300, Julho, 12 – D. Dinis deu licença ao mosteiro de Almoster para herdar e receber bens das suas professas e daqueles que lhe quiserem deixar ou testar bens, por suas almas[15].
1300, Setembro, 2 – D. Vasco, bispo de Lamego, expede um breve de indulgência para as pessoas que o visitassem com devoção[16].

Na origem das divergências de opinião sobre esta problemática estão, para além de uma série de erros cronológicos que se foram acumulando e reproduzindo[17], os diferentes entendimentos que os autores têm do significado da palavra *"fundação"*[18].

A fundação é tradicionalmente apontada para o ano de 1289. Seguindo Fr. Francisco Brandão, um núcleo significativo de autores datam a fundação do mosteiro de Santa Maria de Almoster de 1289 e atribuem-na a D. Berengária Aires, dama da rainha Santa Isabel. José Manuel Henriques Varandas, autor do mais recente e aprofundado estudo sobre a história do mosteiro de Almoster, partilha da mesma posição[19], embora considere, igualmente, que "a data de 1287

---

[10] *ML* V, fl. 150b.

[11] Francisco Teixeira, *ob. cit.*, p. 62, a partir de uma observação registada no verso de um pergaminho (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 3, n.º 84), que refere um outro, entretanto desaparecido.

[12] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 10, n.º 31.

[13] *ML* V, fl. 151b. Fr. Francisco Brandão diz ser este privilégio pontifício datado de «Viterbo a sete de Outubro de mil duzentos & oitenta & seis», o que está seguramente incorrecto, por vários motivos: 1.º porque só em 1287 D. Sancha Peres declara a intenção de ver construído um mosteiro nas suas terras de Almoster; 2.º porque o Papa Bonifácio VIII assumiu a cadeira pontifícia entre 1294 e 1303 (P.e Miguel de Oliveira, *ob. cit.*, p. 289), pelo que a referida Bula terá de ser posterior à data aduzida por este autor, podendo-a situar criticamente entre 1294 e 1298.

[14] IAN/TT – *Chancelaria de D. Dinis*, L.º 3, fl. 3-3v.º; doc. ref. em *ML* V, fl. 151b e publ. por José Manuel Henriques Varandas, *Monacato feminino e domínio rural...*, pp. 28-29. A data desta carta está na origem de um outro erro, seguido por vários autores. Ignacio da Piedade e Vasconcellos datou este diploma do ano de 1336 (*Historia de Santarém Edificada*, vol. II, L.º II, cap. III, p. 265), posição seguida por Artur de Gusmão, *ob. cit.*, pp. 192 e 195, que, baseado nesta data, apoiará a posição de Angel Manrique, que, entre outras coisas, afirmara que a primeira pedra só teria sido lançada em 1335, muitos anos após a instalação da comunidade conventual. O erro desta referência é evidente, até porque D. Dinis faleceu em 1325, e deve-se, tão-só, ao facto de não se ter subtraído 38 anos da Era de César.

[15] *ML* V, fl. 151a. Conhecemos este documento apenas por traslados e, curiosamente, sempre com datas diferentes (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 4, n.º 29, com a data de 14 de Julho de 1300 - trasladado em 15 de Março de 1310 - e IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 8, n.º 21, com a data de 15 de Julho de 1300 - trasladado em 10 de Janeiro de 1302). Em 30 de Maio de 1326, e no seguimento das disposições do seu pai e antecessor, D. Afonso IV permitiu ao mosteiro de Almoster que recebesse herdamentos que lhes ficassem das suas religiosas até um aumento das rendas no valor de mil libras anuais (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 2, n.º 34 (original); IAN/TT – *Chancelaria de D. Afonso IV*, L.º 1, fl. 9 – publicado em *Chancelarias Portuguesas. D. Afonso IV*, vol. I, Lisboa, 1990, doc. 74, pp. 94-95).

[16] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 2, n.º 15.

[17] Vd. notas de rodapé 8, 9, 10, 13, 14 e 50.

[18] E, no que a este ponto concerne, também os dicionários não são de todo esclarecedores, pois se significa a "acção ou efeito de erigir", onde se poderá rever a acção de D. Berengária, por fundação também se entende "criação, por via de doação ou legado, de uma instituição de interesse público" e, neste caso, recairia, indubitavelmente, sobre D. Sancha Peres a responsabilidade da fundação (excertos retirados de *Dicionário Enciclopédico Koogan Larousse Selecções*, vol. I, 3.ª ed., 1980, p. 397).

[19] José Manuel Henriques Varandas, "As Abadessas de Santa Maria de Almoster e os conflitos com Santarém

constitui o momento primacial do convento de Santa Maria de Almoster"[20]. Na realidade, 1287 é a data em que D. Sancha Peres determina, no seu testamento, a obrigação de sua filha, D. Berengária Aires, fazer erigir em Almoster um mosteiro de monjas da Ordem de Cister[21]. Ora, para Francisco Teixeira, tomando por base o texto do testamento de 1287, "a fundadora seria, de facto, D. Sancha Pires e não D. Berengária"[22]. Este historiador estranha que D. Sancha Peres tenha sido "esquecida" como fundadora do mosteiro de Almoster, bem como o facto de não constar em qualquer túmulo ou lápide no interior da igreja de Almoster o "papel por si desempenhado". Acrescenta ainda que "era costume os fundadores de uma Igreja, ou de um Mosteiro, manifestarem a sua vontade de serem enterrados na Casa Religiosa por si fundada. Essa tumulação permitia-lhes registar no interior do espaço sagrado a sua atitude piedosa, perpetuando, sob forma material, as suas qualidades e o valor dos seus actos, bem como, simultaneamente, beneficiar da protecção divina que esse mesmo espaço conferiria ao seu corpo"[23]. Se, efectivamente, D. Sancha Peres se mandou sepultar no mosteiro que encarregara a sua filha de fazer erigir em Almoster[24], é também verdade que não subsistem quaisquer vestígios do seu túmulo[25]. Não pretendemos julgar a memória dos Homens quanto ao papel assumido por D. Sancha Peres, até porque parece-nos natural que tanto aqueles que viviam em volta do mosteiro, como aquelas que viviam a clausura diária dos primeiros tempos de Almoster tenham associado a D. Berengária Aires, patrona, benfeitora e protectora do mosteiro de Almoster, que fez parte do quotidiano da comunidade até ao momento da sua morte, posicionando-se como escudo aos ataques exteriores dirigidos à recém-criada comunidade e utilizando a sua influência e prestígio para obter a protecção e o privilégio do poder central e o respeito dos poderes local e senhorial[26],

---

e Alenquer durante o século XIV", in *Cistercium*, Ano LI, Outubro-Dezembro 1999, n.º 217, p. 1007, retomando a posição que assumira em *Monacato feminino e domínio rural...*, p. 23, onde arrolou os trabalhos em que se defende a fundação do mosteiro de Almoster no ano de 1289.

[20] José Manuel Henriques Varandas, *Monacato feminino e domínio rural...*, p. 22.

[21] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 2, n.º 55: 1287, Julho, 2.

[22] Francisco Teixeira, *ob. cit.*, p. 54. Posição recentemente reassumida pelo autor na sessão relativa à Ordem de Cister do seminário livre de História Medieval – *Formas de Vida Religiosa na Idade Média: ordens monásticas e conventuais*, organizado pelo Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa, que decorreu em 17 de Maio de 2001. Pinho Leal foi o primeiro a defender esta posição. No seu entender, "a fundadora d'este mosteiro foi D. Sancha Pires, mãe da dita Berengaria» (Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. I, Livraria Editora de Matos Moreira & Companhia, Lisboa, 1873, pp. 153-154). Também segundo Artur de Gusmão, "a rigor, Santa Maria de Almoster teria nascido duma disposição contida num testamento de 1287, onde a sua autora, D. Sancha Pires, incumbia a sua filha de fazer no seu lugar de Almoster «hum Mosteiro de Monjas da Ordim de Cistel, ou d'outra Ordim, que seja a serviço de Deos»" (Artur de Gusmão, *ob. cit.*, pp. 190-191). Por fim, Virgolino Ferreira Jorge aponta 1287 como a data da fundação do mosteiro de Almoster, demonstrando tender para a posição destes autores "Mosteiros cistercienses femininos em Portugal. Notas sobre a tipologia dos sítios e das igrejas", in *Cistercium*, Ano LI, Outubro-Dezembro 1999, n.º 217, p. 854). Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *Portugal. Diccionario Historico Chorographico, Heraldico, Biographico, Bibliographico, Numismatico e Artistico*, 1904, vol. I, Lisboa, p. 319; e Américo Costa, *Diccionario Chorographico...*, p. 812, entre outros autores, citaram ou seguiram Pinho Leal.

[23] Francisco Teixeira, *ob. cit.*, p. 57.

[24] «E mando y meu corpo qua mha filha pormeteu a my que semelhavilmente se jeytasse y com sa filha» (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 2, n.º 55: 1287, Julho, 2).

[25] Não podemos esquecer que Sancha Peres terá falecido pouco tempo depois de 2 de Julho de 1287, numa altura em que os edifícios regulares do mosteiro de Almoster não estariam concluídos e talvez nem mesmo iniciados.

[26] Utilizando inclusivamente os seus bens, como aconteceu em 12 de Agosto de 1302, quando doou a D. Geraldo, bispo do Porto, os direitos de padroado que possuía sobre 28 igrejas e 17 mosteiros, de que era *natural*, por sua alma e em remissão dos seus pecados, mas sobretudo para que ele «e todolos seus successores que depos ele ueerem aa see do porto seiam mais theudos a deffender e aguardar o nosso Moesteyro de Almoster do Bispado de Lixboa todo seu dereyto de todolos herdamentos quyntaans Cassaaes e posissoes que nos a esse Moesteyro leixamos e demos e non consentam quanto eles poderem. e deuerem que lhis hy nenguum faça força» (*CCSP*, pp. 331-332; cfr. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Os patronos do mosteiro de Grijó (Evolução e estrutura da família nobre séculos XI a XIV)*, Ponte de Lima, 1995, p. 208).

a imagem de fundadora do mosteiro de Almoster, consolidada pelo facto de esta se ter feito sepultar sob o altar do apóstolo S. João, na igreja do mosteiro de Almoster[27], onde se conserva a sua lápide[28].

Assim, se é verdade que foi por iniciativa de D. Sancha Peres que se fundou o mosteiro de Almoster, o que se confirma de imediato na carta de filiação de Almoster a Claraval, todo o processo de fundação foi movido por D. Berengária Aires. Na realidade, foi esta que, no cumprimento das disposições testamentárias de sua mãe, envidou esforços junto das autoridades competentes – o abade de Cister, o Papa, o bispo de Lisboa e o monarca – para fazer aprovar, construir e povoar o mosteiro de Almoster. Foi ela também que, como patrona, o protegeu, engrandeceu e para ele procurou o favor régio[29].

Tal como as Santas Rainhas D. Teresa, D. Sancha e D. Mafalda, para Lorvão, Celas e Arouca, também ela assumiu a posição de patrona e protectora da casa monástica que fez construir, mantendo o estado laico[30], precisamente aquele que lhe permitia uma maior liberdade no desempenho dessas funções[31].

O zelo com que procurou cumprir as determinações testamentárias de sua mãe e os esforços que dedicou a essa tarefa permitiram que, dois anos volvidos, após a autorização papal para a fundação do mosteiro de Almoster, se lançasse a primeira pedra do edifício.

Fr. Francisco Brandão afirma que «o dia certo em que se lançou a primeira pedra, não anda assinado no instrumento publico, que se fez da fundação, por estar mui gastado: mas cõsta delle ser neste proprio anno, em que estaua a santa Igreja de Lisboa vaga, como vimos no foral

---

[27] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 3, n.º 11: 1301, Abril, 22.

[28] Mário Jorge Barroca, *Epigrafia Medieval Portuguesa (862-1422)*, vol. II, tomo II, p. 1365.

[29] De D. Dinis obteve, em 1 de Maio de 1298 e em Julho de 1300, duas cartas fundamentais para o mosteiro (vd. cronologia do processo de fundação...). Em ambas o monarca faz referência ao papel desempenhado por D. Berengária Aires. Tanto D. Dinis como a Rainha Santa Isabel, nos seus testamentos, legaram uma soma considerável ao mosteiro de Almoster. Segundo Fr. Francisco Brandão, a Rainha Santa Isabel, em 7 de Junho de 1304, e D. Dinis, alguns anos mais tarde, receberam o mosteiro de Almoster debaixo da sua protecção (*ML* V, fl. 150v.º). A rainha D. Beatriz, mãe de D. Dinis, também favoreceu o mosteiro. Determinou que a herdade que se comprasse com as 300 libras que doara a Maria Nunes, sua criada e monja de Lorvão, ficassem, à morte desta, às donas da enfermaria do mosteiro de Almoster (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 2, n.^{os} 29 e 49: 1300, Julho, 30; a carta de venda da referida herdade inclui o traslado da doação de D. Beatriz e de uma carta régia, datada de 23 de Janeiro de 1299, em que D. Dinis, a rogo de sua mãe, autoriza que Maria Nunes compre herdamentos no valor de 300 libras na vila e termo de Santarém – IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 2, n.º 8: 1301, Janeiro, 17).

[30] É o que procura vincar num documento de 3 de Junho de 1301, quando afirma: «*eu donna Biringeyra nunca fix voto a nenhũa Ordin nem pormeti a fazer e como quer que esta crus traga nom na trago por voto que fezesse ca cada que a quizer tolher tolhe-la-ey*» (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 3, n.º 21). Ainda que não se exclua de todo a possibilidade de ter professado nos últimos anos da sua vida, ideia insinuada pelo Conde D. Pedro, que recorda que «morreo ela monja d'Almoester» (*LL*57C4) ou pela sua lápide tumular (onde encontramos a seguinte epígrafe: «HIC IACET D(om)NA BERE(n)GARIA (...) Que FECIT ISTUD MOnASTerIUm C(u)i LEGAVIT O(mni)a Que HabEBaT (...) OBIIT AuTem In HabITU CISTerCIENSI (...)» – Mário Jorge Barroca, *ob. cit.*, vol. II, tomo II, p. 1365. Esta epígrafe já havia sido publicada por Pedro A. de Azevedo, "Extractos Archeológicos das Memórias Paroquiais de 1758", *O Archeólogo Português*, 1.ª Série, vol. II, Lisboa, 1986, 185-186 e, parcialmente, por Francisco Teixeira, *ob. cit.*, p. 118), parece-nos pouco provável que se tivesse colocado numa posição de submissão a uma abadessa e às regras de uma vivência conventual. Não nos esqueçamos que também a Rainha Santa Isabel morreu envergando o hábito de Santa Clara, sem nunca ter professado.

[31] Vd. Maria Alegria Fernandes Marques, "As primeiras freiras de Lorvão", in *Cistercium*, Ano L, Outubro-Dezembro 1998, n.º 213, p. 1090; Maria do Rosário Barbosa Morujão, *Um mosteiro cisterciense feminino: Santa Maria de Celas (séculos XIII a XV)*, Porto, 1991; Maria Helena da Cruz Coelho, *Arouca — uma terra, um mosteiro, uma santa*, Arouca, 1989; ou, numa análise global, Maria Alegria Fernandes Marques, "A integração das mulheres na Ordem de Cister. O caso português", in *Actas. II Congreso Internacional sobre el Cister en Galicia y Portugal*, vol. I, Ourense, 1998, pp. 115-119. Esta autora, seguindo José Manuel Henriques Varandas, refere D. Berengária Aires como «a sua primeira abadessa» (Idem, *ibidem*, p. 121 e José Manuel Henriques Varandas, *Monacato feminino e domínio rural...*, p. 40). Contudo, como já havia sido afirmado, esta senhora nunca terá professado e não se regista qualquer referência a que tenha assumido esse cargo (Leontina Ventura, *A Nobreza de Corte de Afonso III*, vol. II, Coimbra, 1992, p. 680).

de Villa Real, & acabar a feita do instrumento em vinte & sete, que se ha de entender da era 1327 deste corrente»[32]. E o mesmo autor prossegue dizendo que «Tanto que Dona Berengueira teue a licença, mandou chamar o Abbade de Alcobaça D. Domingos para lançar a primeira pedra no edificio, & benzer o sitio do Mosteiro, como fez com muita solemnidade: *Chegando entaõ este dito Abbade ao lugar sobredito* (saõ palauras daquelle instrumento) *& benzendo o mesmo lugar por autoridade das letras Apostolicas, pos por suas mãos a primeira pedra, em que estaua o sinal da Cruz esculpido*»[33].

Contudo, desde cedo se advertiu para o anacronismo desta data, dado que D. Domingos, abade de Alcobaça, inicia o governo desta abadia em 1291[34], pelo que, no dizer de Artur de Gusmão, se «transformou a certeza em problema»[35].

Por seu lado, Maur Cocheril, baseado numa notícia do breviário de 1677[36], refere que em 19 de Janeiro de 1300 "le monastère fut dédié et consacré par D. Vasco, évêque de Lamego, en présence de la reine sainte Elisabeth et du bienheureux Domingos, abbé d'Alcobaça"[37]. Não são menos incongruentes os dados presentes nesta notícia, pois D. Domingos só foi abade de Alcobaça até 1297[38]. Assim, ou este documento nunca existiu, pondo em causa o relato que consta no breviário, depois seguido por Maur Cocheril, ou a data proposta encontra-se errada[39]. Ora, cruzando a cronologia do referido prelado com a de D. Vasco Martins de Alvelos, que foi bispo de Lamego entre 1296 e 1302[40], concluímos que a referida cerimónia de sagração do mosteiro de Almoster, a ter existido, só poderá ter ocorrido nos anos de 1296 ou 1297.

---

[32] *ML* V, fl. 150b. Esta informação foi seguida por Fr. M. de Figueiredo, que lamenta o facto de a data estar parcialmente gasta, pois «Desmancharia a duvida proposta o documento da fundação de Almoster, se não estivessem apagadas as datas do dia e mez» (*Historia Corografica de Alcobaça*, fl. 182).

[33] *ML* V, fl. 150v.º.

[34] Fr. Manuel de Figueiredo assinalou-o, referindo, na altura, que D. Domingos iniciou o seu abadiado «em 1290 ou 1291» (*Historia Corografica de Alcobaça*, fl. 182), sendo relembrado, sucessivamente, por Artur Gusmão, *ob. cit.*, pp. 191-192, e Francisco Teixeira, *ob. cit.*, p. 62. Hoje sabemos que D. Domingos foi abade de Alcobaça entre 1291 e 1297 (Pedro Barbosa, *Povoamento e Estrutura Agrícola na Estremadura Central (séculos XII a 1325)*, Lisboa, INIC, 1992, p. 371).

[35] Artur de Gusmão, *ob. cit.*, p. 191.

[36] *Breviarium Cisterciense ad usum Congregationis D. Bernardi Portugalliae, Monasteria Congregationis S. Bernardi Lusitaniae*, Anvers, 1677.

[37] Maur Cocheril, *ob. cit.*, p. 379. O autor acrescenta que "le manuscrit 1493 se contente de résumer cette notice". O manuscrito a que se refere é o Códice 1493 da B.N.L., "Papéis Avulsos de Figueiredo", tomo 1.º, n.º 1, fl. 25, onde, a este propósito, se regista apenas que "Este Mosteiro sito na Comarca de Santarém, foi fundado, e dotado por D. Bringueria Ayres, antes do anno de Christo de 1300". De facto, este manuscrito resume a notícia do breviário, mas abstém-se no que respeita à suposta data da dedicação e consagração do mosteiro. José Manuel Henriques Varandas, seguramente por lapso, uma vez que se fundamenta em Maur Cocheril, refere a mesma notícia datada de 19 de Julho de 1289 (*Monacato feminino e domínio rural...*, p. 23 e "As Abadessas de Santa Maria de Almoster e os conflitos com Santarém e Alenquer durante o século XIV", in *Cistercium*, Ano LI, Outubro-Dezembro 1999, n.º 217, p. 1007).

[38] Vd. nota 34.

[39] A situação descrita, com a presença da Rainha Santa Isabel, do abade de Alcobaça e de D. Vasco Martins de Alvelos, todas elas personagens bastante ligadas aos primeiros tempos deste cenóbio, não merecem o nosso descrédito, podendo tratar-se apenas de um equívoco quanto à data desse acontecimento. A comprovar a ligação da Rainha Santa Isabel ao mosteiro de Almoster está o facto de D. Berengária Aires ser sua dama, o elevado legado testamentário presente nos testamentos da rainha e o pedido que esta faz, à hora da sua morte, para que alguns dos seus familiares protejam esse mosteiro. Quanto a D. Vasco Martins Alvelos, esteve presente, como testemunha, na carta de couto dada a Almoster, em 1 de Maio de 1298, por D. Dinis, e, em 2 de Setembro de 1300, concedeu indulgência a quem visitasse devotamente o mosteiro de Almoster (vd. a cronologia do processo de fundação...). A presença do abade de Alcobaça justifica-se por questões puramente hierárquicas da Ordem de Cister.

[40] Anísio Miguel de Sousa BemHaja Saraiva, *A Sé de Lamego na primeira metade do século XIV (1296-1349)*, vol. I, Coimbra, 2000, p. 22. Este autor havia assinalado o anacronismo relativo à cronologia do eclesiástico lamecense, que não poderia ter estado presente em Almoster no ano de 1289, como referira José Varandas (vd. nota 37), e, em alternativa, aventou o ano de 1298 para a dedicação e consagração daquele novo instituto cisterciense, oficiada por D. Vasco Martins (Anísio Miguel de Sousa BemHaja Saraiva, *ob. cit.*, vol. I, p. 25), mas somos forçados a discordar com esta data, já que se enquadra fora da cronologia de D. Domingos, também presente na referida celebração.

Partindo deste princípio, procurámos recolher na documentação de Almoster, conservada na Torre do Tombo, e até agora pouco levada em conta para a solução deste problema cronológico, elementos que pudessem corroborar e, se possível, precisar esta ideia, que se baseava apenas no cruzamento da cronologia daquelas dignidades eclesiásticas. No decorrer da investigação verificámos que o ano de 1296 é igualmente marcante no processo de fundação do mosteiro. Numa nota registada no verso de uma sentença de 4 de Abril de 1296[41], alguém, no século XVIII, anotou que *«O convento neste tempo [4 de Abril de 1296] ainda não teria freiras»* e fora em 1296, mais precisamente em *«24 de Junio deste mesmo anno»*, que *«o Bispo de Lisboa D. João (...) concedeo á Sr.ª D. Berengaria licença para fundar este mosteiro e lhe annexar o direito do padroado da dita igreja»*, tendo este prelado *«pella mesma Bulla»* concedido *«tambem para o mosteiro hũa das duas terças dos dizimos que a então pertencião aos ditos priores; e desde então ficarão os priores com hũa so terça; e o mosteiro com outra»*. A mesma pessoa acrescentou ainda que estas e outras informações[42] ou, nas suas palavras, «tudo consta das Bullas, que vão no L.º 11 dos Pergaminhos, e tresladadas no L.º 1.º dos Pregos»[43].

Ora, a situação descrita coaduna-se com os restantes dados que recolhemos na documentação do mosteiro de Almoster. Em 24 de Junho, pondo fim a este conflito, o bispo de Lisboa D. João Martins de Soalhães[44] concede a D. Berengária licença para fundar o mosteiro de Almoster e lhe anexar o direito do padroado da igreja de Santa Maria de Almoster e concede ao mosteiro uma das duas terças dos dízimos que pertenciam aos priores dessa igreja. No dia 26 de Julho, um conjunto de noviças do mosteiro de Celas, as mesmas que encontraremos como primeiras religiosas de Almoster, toma a iniciativa de doar todos os seus bens a D. Berengária[45]. Desde logo, o facto de esta doação ser feita a D. Berengária e não ao mosteiro de Almoster deixa entrever que a comunidade cenobítica ainda não estava instalada nem organizada.

A instalação da comunidade monástica em Almoster

A fixação da comunidade monástica em Almoster é, igualmente, um dos pontos que tem suscitado ideias divergentes de diversos autores. José Varandas afirma que "desde 1296 que encontramos referências à existência de elementos femininos vivendo em regime monástico no lugar de Almoster"[46]. Parece-nos que o Autor em questão faz esta afirmação tendo em conta o documento de 16 de Julho de 1296 e considerando as doadoras monjas de Almoster. Ora, as doadoras afirmam «somos de revora e donas ainda non professas»[47] e a carta foi redigida no mosteiro de Celas, em Coimbra, onde seriam noviças, tendo aí permanecido até o mosteiro de Almoster ter reunido as condições para as acolher. Mais recentemente, Mário Barroca apontou 1292 como "a data em que o Mosteiro de Almoster deve ter recebido as primeiras monjas",

---

[41] Nessa sentença, proferida por D. Pedro «Remigii», chantre de Lisboa, juiz delegado pelo bispo de Lisboa D. João de Soalhães, sobre uma demanda entre Geraldo Pires, reitor da igreja de S. João de Rio Maior Inferior, e Pedro Soares, vigário perpétuo da igreja de Santa Maria de Almoster, ambas da diocese de Lisboa, sobre as décimas de «Assentiz» e de «Zeureyra», determina-se que a igreja de Rio Maior Inferior fique com todas as décimas do lugar a que chamam «Assentiz» e a igreja de Santa Maria de Almoster fique com as décimas do lugar a que chamam «Zeureyra», tanto prediais como pessoais (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 3, n.º 84).

[42] Nomeadamente «que no [ano] de 1576 o Cardeal Infante (depois rei) D. Henrique, legado a latere, unio ao mosteiro a dita terça dos priores, creando vigario com congrua certa».

[43] Por ironia do destino, tanto o «L.º 11 dos Pergaminhos», que conteria a carta original, como o «L.º 1.º dos Pregos», onde poderíamos encontrar o seu traslado, se perderam e esta nota é hoje o único testemunho da sua existência.

[44] Titular desse cargo entre 1294 e 1313 (P.e Miguel de Oliveira, *ob. cit.*, p. 307).

[45] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 10, n.º 31.

[46] José Manuel Henriques Varandas, *Monacato feminino e domínio rural...*, p. 31.

[47] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 10, n.º 31.

defendendo que "a data de 1292, gravada no sino de Almoster, se revela fundamental para clarificar o momento em que se iniciou a vida em comunidade"[48]. Apesar do valor inegável da inscrição do sino de Almoster, não consideramos que seja fundamental para determinar a data da instalação da comunidade e, seguramente, não prova que aí existisse uma comunidade monástica residente. Um estudo sistemático da documentação do mosteiro de Almoster confirma-nos que as nove noviças do mosteiro de Celas que, em 1296, fazem uma doação a D. Berengária são efectivamente as suas primeiras religiosas. Assim, a inscrição no sino de Almoster, datada de 1292, ou a passagem «*in monasterio in loco meo de Almoester quod construere jam incepi et intendo perficerer in meum*», que consta de um documento de D. Berengária, de 15 de Maio de 1293[49], comprovam que as obras do mosteiro estavam em curso na década de 90[50], apesar das contrariedades que encontrava no bispo de Lisboa, D. Domingos.

Num emprazamento em 4 vidas de um casal com vinha e olival em Vila Nova de S. Pedro, datado de 9 de Maio de 1294, D. Berengária determina que, após a morte das 4 pessoas, «o dicto cassal e a dicta vinha e o dicto olival e a dicta agoa com todalas benfeytorias que hy forem feitas devem a ficar livremente e en paz e sen nenhũa contenda ao moesteyro de Almoester»[51]. Contudo, também esta referência não é suficiente para acreditarmos que a comunidade já se tinha instalado em Almoster[52]. De facto, em 1296 ainda se encontravam no mosteiro de Celas as 9 noviças que viriam a ser as primeiras religiosas de Almoster.

Em 1298 encontramos de novo no mosteiro de Celas outra noviça que será *dona* de Almoster – Sancha Garcia [de Pereira][53]. Estes dados concorrem para corroborar duas ideias: as primeiras religiosas de Almoster teriam feito o seu noviciado no mosteiro de Celas e a comunidade

---

[48] Mário Jorge Barroca, *ob. cit.*, vol. II, tomo I, pp. 1081 e 1087.

[49] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 10, n.º 47. Neste documento D. Berengária apelou de todas as censuras e agravos com que o bispo de Lisboa D. Domingos ou o seu Cabido pretendessem proceder contra ela e contra o mosteiro de Almoster, para este lhe ser sujeito no temporal e no espiritual. Como referimos atrás, esta adversidade só foi ultrapassada em 1296, já com D. João Martins de Soalhães à frente da diocese de Lisboa.

[50] Provam igualmente que estão erradas as afirmações de que as obras do mosteiro de Almoster tiveram o seu início em 1299 e estavam concluídas em 1300 (Pinho Leal, *ob. cit.*, vol. I, pp. 153-154; seguido por Américo Costa, *Diccionario Chorographico de Portugal Continental e Insular*, vol. I, s.l., 1929, p. 812, e pelo P.e Luís Cardoso, *Diccionario Geografico*, t. I, p. 351, que concordou com estas datas, baseando-se no documento de Nicolau IV, erradamente datado de 1299, e do breve de indulgência de 1300) ou de que data de 1335 o lançamento da primeira pedra do mosteiro pelos abades de Alcobaça e de Seiça (Angel Manrique, *Annalles Cistercienses*, t. II, no apêndice; este autor recolheu o apoio de Artur de Gusmão, *ob. cit.*, pp. 192 e 195). É notório que o contributo de Pinho Leal para a problemática em causa colaborou para a diversificação de hipóteses. Se até aceitamos que pretendesse ver em D. Sancha Peres a verdadeira fundadora do mosteiro de Almoster, baseando-se no testamento da mesma, não encontramos qualquer fundamento para ter apontado a fundação deste cenóbio para o ano de 1290. E se até podemos admitir que as obras dos principais edifícios monásticos possam ter sido concluídas no ano de 1300, certo é que começaram bem antes de 1299, como acabámos de verificar. Apesar disso, muitas obras, principalmente as de síntese, basearam os seus textos nos dados deste autor (Esteves Pereira e Guilherme Rodrigues, *ob. cit.*, p. 319, e Américo Costa, *ob. cit.*, p. 812, por exemplo).

Esta ideia não é, aliás, totalmente original, pois Francisco Teixeira, a partir da análise das siglas dos pedreiros, já havia concluído que "a primeira campanha [de obras] ter-se-á iniciado ainda nos anos 90 do século XIII e é possível que tenha terminado em finais do mesmo século" ("O Mosteiro de Santa Maria de Almoster: construção e siglas de pedreiros", in *Actas. Cister. Espaços, Territórios, Paisagens*, Lisboa, 2000, vol. II, p. 546).

[51] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 1, n.º 11; doc. publ. por Mário Júlio Brito de Almeida Costa, *Origem da Enfiteuse no Direito Português*, Coimbra, 1957, pp. 362-364, doc. 217.

[52] Curiosamente, no século XVIII, a mesma mão da nota no verso do documento de 4 de Abril de 1296 anotou no verso deste documento: "*fez este emprazamento a S. D. Berengr.ª q.do ja fundava este M.ro, que já tinha dotado com todos os bens que a d.ta S.ra possuia no termo de Sr.em, mas não teria ainda Religiosas, e por isto não entrou nesta escrittura o nome de Abbadessa ainda que ja falla no Mostr.º*". Concordamos na íntegra com esta perspicaz apreciação.

[53] ADB, *Col. Cronológica*, Pasta 4, n.º 171 (1298) e ADV, *Pergaminhos*, m.º 9, n.º 35 (1323) (vd. José Augusto de Sotto Mayor Pizarro, *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e Estratégias (1279-1325)*, vol. II, Porto, 1999, pp. 301-302).

conventual só se instalara em Almoster no ano de 1301. Na realidade, custa-nos crer que, antes de 1301, o mosteiro tivesse condições físicas para acolher as novas religiosas. Por isso, as primeiras religiosas fizeram o seu noviciado em Celas, facto que se comprova documentalmente em 1296 e 1298, após o que se transferiram para Almoster, onde professaram.

De facto, a primeira referência a uma religiosa de Almoster – a sua abadessa – data de 3 de Junho de 1301[54]. D. Maria Gonçalves, a primeira das 9 noviças inscritas na doação de 1296[55], foi também a primeira abadessa de Almoster[56]. Mas uma morte inesperada não permitiu que essa religiosa liderasse o cenóbio durante muito tempo e, em 9 de Agosto de 1302, Marta Peres, prioresa de Almoster, já sob o abadessado de D. Aldonça Anes [de Molnes], lembrava a memória da primeira abadessa, deixando à enfermaria do mosteiro de Almoster, após a sua morte, o foro anual de um olival que tinha a par de Vila Nova [de Almoster] (t. Santarém), por sua alma e pela alma de Maria Gonçalves, que fora abadessa de Almoster[57].

Conclusão

Mais do que concluir uma temática onde subsistem ainda algumas dúvidas[58], somos levados a tecer algumas considerações finais. O nosso objectivo ao iniciarmos este artigo era simples, bem mais, aliás, que a problemática que pretendíamos abordar: determinar, com a maior precisão possível, a data da fundação do mosteiro de Almoster e a da instalação da sua comunidade.

Quanto à primeira, consideramos agora mais correcto falar-se de um processo de fundação, com início em 1287, no testamento de D. Sancha Peres, que é posto em prática por sua filha, D. Berengária, no cumprimento das disposições da sua mãe. Este processo desenrola-se até 1296, quando cessam as resistências do poder episcopal. O ano de 1289, inicialmente avançado por Frei Francisco Brandão para a data de fundação, depois seguido por muitos outros autores, marcará uma fase determinante deste processo, com a obtenção da licença do Papa Nicolau IV para a fundação do mosteiro e, eventualmente, com o lançamento da sua primeira pedra. Mas, não menos importantes, são as datas de 1287 ou 1296, como se confirma pelo que ficou atrás exposto. Ainda que se discuta esta teoria e se procure uma data concreta para a fundação, não faz sentido, com os conhecimentos de que dispomos hoje[59], continuar-se a afirmar que a fundação do mosteiro de Almoster aconteceu em 1289, na presença de D. Domingos, abade de Alcobaça, ou de D. Vasco, bispo de Lamego.

---

[54] O único documento de que se poderá inferir a existência de uma comunidade organizada em Almoster é pouco anterior a esta data. Em 22 de Abril de 1301, D. Berengária Aires doara à abadessa e ao convento do mosteiro de Almoster uma lezíria em Corte da Vila (t. Azambuja), com a obrigação de lhe fazerem cantar diariamente uma missa «de requiem» no altar do apóstolo S. João, onde se manda sepultar, pela sua alma e pela do seu marido, e de o convento receber uma pitança anual no dia de Santa Maria «Candeeyra» (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 3, n.º 11). Neste documento não se refere o nome da abadessa, ao contrário do que acontece nas doações de 3 e 5 de Junho de 1301 (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 3, n.º 21 e m. 7, n.º 46, respectivamente).

[55] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 10, n.º 31 (1296, Julho, 16).

[56] Fr. Francisco Brandão já apontara que "A primeira Abbadessa que teue, se chamou Dona Maria Gonçalues" (*ML* V, fl. 150v.º). D. Maria Gonçalves era neta de Martim Sanches das Medãs, que *foi mui boo cavaleiro* (*LL* 6218), e de D. Dórdia Nunes [de Aguiar], filha de Gonçalo Porro e de Urraca Martins [das Medãs] e irmã de Martim Sanches e de Aldara Gonçalves, outra das 9 noviças de Celas. D. Dórdia Nunes era, segundo Leontina Ventura, "bisneta de Pero Mendes de Aguiar e de Estevainha Mendes de Gundar, neta de Martim Peres de Aguiar e de Marinha Gonçalves de Sousa (barregã de Gonçalo Mendes de Sousa, o Bom), filha de Nuno Martins e foi casada com Martim Sanches das Medãs" (Leontina Ventura, *ob. cit.*, vol. II, p. 682, nota 6).

[57] IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 10, n.º 56.

[58] Nomeadamente a referência a D. Domingos, por Fr. Francisco Brandão, na cerimónia de lançamento da primeira pedra, em 1289, fruto, muito provavelmente, de algum entusiasmo deste monge cronista, que, na falta do nome do abade, avançou um que sabemos hoje estar errado. Também a notícia da sagração inserta no breviário nos levanta algumas dúvidas, para além da sua data.

[59] Entenda-se, com as cronologias dos abades de Alcobaça e dos bispos de Lamego.

Relativamente à instalação da comunidade, ocorreu, seguramente, depois de 1296, confirma-se apenas em 1301 e as primeiras religiosas que aí iniciaram a vida monástica foram, como já era sobejamente sabido, um conjunto de noviças de Celas, que, muito provavelmente, se deslocaram para esse mosteiro já com o intuito de se transferirem para o novo claustro bernardo[60]. Entre elas encontramos, igualmente, a primeira abadessa cujo nome se perpetuou na documentação de Almoster – D. Maria Gonçalves. Confirma-se também que D. Berengária Aires nunca foi abadessa do mosteiro que fundou, dotou e protegeu, à semelhança do que acontecera com as fundadoras dos mosteiros de Lorvão, Arouca e Celas, senhoras da nobreza que mantiveram o seu estado laico.

[60] A favor desta ideia concorre o facto de entre as noviças se encontrarem uma filha de um cavaleiro de Óbidos e duas filhas de mercadores de Lisboa (IAN/TT, Mosteiro de Almoster, m. 10, n.º 31).